

O que os Estados devem oferecer

6 ABR 1996

Há dois planos — um econômico, outro político — a partir dos quais se deve observar a renegociação das dívidas dos Estados, que levou 26 governadores a se reunir quarta-feira em Brasília com o presidente Fernando Henrique Cardoso, dele ouvindo notícias — algumas boas, outras nem tanto — mas, sobretudo, palavras que nem sempre são usadas pelo presidente da República. O chefe do Poder Executivo autorizou o novo refinanciamento e, ao fazê-lo, demonstrou conhecer perfeitamente o problema. Se fez concessões, isso se deve a considerações de ordem política que S. Exa. deixou bem claras quando se dirigiu aos governadores.

Economicamente, registra-se situação de alta gravidade que, entretanto, é histórica, como bem lembrou o presidente, citando o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, ao afirmar que “eles [os Estados] herdaram situações” e “a soma das situações é a minha situação”, pois “sou — disse imperialmente — o maior herdeiro de legados de injustiça neste país e de desorganização no País”. O presidente enfatizou que os problemas dos Estados não serão resolvidos em dois ou três anos. “Não é correto pedir a ninguém que, em dois anos, resolva o que se acumulou em cem anos”, enfatizou o chefe do governo.

Os Estados vão receber uma

parte do que desejam e para tratar com eles já foi designado o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. É provável que Parente não vá afagar os Estados, nem se inspire ipsis verbis na fala do sr. Fernando Henrique Cardoso, pois sabe que nem todos os governadores têm feito o que podem para sanear as contas de seus governos, embora se possa dizer que a situação já é bem melhor do que há alguns anos.

Um novo fator, porém, determina que os governadores tenham pressa, e nisso o presidente da República recebeu um apoio indireto, mas nem por isso menos valioso, do seu companheiro de partido Mário Covas. Quando ameaçou denunciar o acordo do Banespa, Covas colocou o Senado na obrigação de decidir rapidamente — ainda que fosse para poder fazer acordos semelhantes ao de São Paulo com outros Estados — e obrigou os governadores a ir em revoadas a Brasília para fechar entendimento com o governo federal. Se, por pura hipótese, viesse a se confirmar a rejeição do acordo com São Paulo (o que até poderia ter efeitos positivos, por exemplo, a tentativa de fazer no Banespa a terceirização da gestão que se fez com o Banerj, como mencionou o ministro Pedro Malan, em Washington), os demais veriam enfraquecida sua tentativa de obter tratamento isonômico com o Estado de São Paulo, o

que lhes custaria muito caro...

Não importa que as soluções encontradas sejam “paliativas”, como admitiu o presidente. Os Estados e municípios deviam em conjunto, ao final de 1995, 35% das dívidas totais na esfera pública, e esses 35% correspondiam a 12,9% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme os cálculos de Alberto Sozin Furugem, Luís Pamplona de Paula Pessoa e Satossi Abe publicados na carta econômica do Banco Garantia. A questão é que, nos anos 90, o endividamento de Estados e municípios tem crescido mais depressa que o da União e não basta argumentar que parte dele se deve aos juros altos

impostos pelo Banco Central. A verdade é que os Estados aumentaram seu padrão de gastos a partir de 1988, quando a Carta lhes transferiu dinheiro, mas não lhes assegurou rendas crescentes.

Se em conjunto eles terão benefícios semelhantes a São Paulo, espera-se que tenham também os ônus de transferir patrimônio, privatizando estatais inclusive a energia elétrica em Minas Gerais e as telecomunicações no Rio Grande do Sul, não cabendo manter como estatais companhias tipicamente privadas, quanto mais que

já não “colam” explicações relacionadas à segurança nacional — biombo para o corporativismo.

Falando aos governadores, o presidente disse que lhes daria mais corda. “Estender mais corda para que os Estados se enrolem nela, como o País se enrolou durante tanto tempo e continua enrolado”, pareceu desabafar o sr. Fernando Henrique. “Nós temos de ir à raiz da questão. E a raiz da questão é que os gastos não podem continuar, sobretudo os gastos de pessoal, porque não há recursos para fazer frente a eles”. Por isso, ao pedir o apoio para as reformas em geral — e ao reclamar a falta desse apoio para obter uma reforma previ-

denciária mais ampla —, o presidente tocou na questão-chave da reforma administrativa, com a qual os Estados poderão cortar pessoal. De fato, os gastos com servidores freqüentemente superaram o teto de 60% que vai vigorar no futuro: o Rio gasta 70% da receita líquida com pessoal, Minas, 72%, o Rio Grande do Sul, 81%, São Paulo, 85% e o Espírito Santo, 91%. Se o apoio dos governadores ajudar a decidir as reformas constitucionais, o presidente não terá perdido tempo nem empregado bilhões em vão.

Apoio às reformas e privatizar é o que se exige na renegociação das dívidas dos Estados